

A Análise de Discurso e Produção do Conhecimento sobre os Direitos Sociais

Discourse Analysis and the Production of Knowledge on Social Rights

Helenara Silveira Fagundes¹
Vera Maria Ribeiro Nogueira

Resumo: O debate sobre a produção do conhecimento em ciências sociais apresenta uma questão de fundo, que é o seu próprio objeto de estudo, distinto das ciências físicas e naturais, incorporando outra lógica na apreensão empírica e possibilidades analíticas dos fenômenos estudados. O objetivo deste documento é elucidar a viabilidade da análise de discurso como uma das ferramentas heurísticas que permitem o resgate dos aspectos sociais do debate sobre direitos sociais, considerando as diversidades discursivas próprias destes espaços. As atuais perspectivas de estudo sobre os direitos trazem, em sua essência, a questão da diversidade, visto que há que se pensar em como as comunidades econômicas, culturais, sociais e epistêmicas apreendem e influenciam os aspectos variados envolvidos no tema. Estas alterações implicam em novos dispositivos para se produzir conhecimentos acerca desta temática. O uso da análise do discurso, análise de conteúdo, como instrumento para coleta de dados em pesquisas qualitativas pode colaborar decisivamente com tal produção. Busca, ainda, evidenciar como a análise de discurso torna evidentes as relações entre produção do conhecimento e direitos marcando o lugar da ideologia nos discursos e nas práticas nestes processos.

Palavras-chave: Direitos sociais; pesquisa qualitativa; análise de discurso.

Introdução

O debate sobre a produção do conhecimento em ciências sociais apresenta uma questão de fundo, que é o seu próprio objeto de estudo. Distintamente das ciências físicas e naturais, incorpora outra lógica na sua apreensão empírica e nas possibilidades analíticas dos fenômenos estudados. O objetivo deste documento é elucidar a viabilidade da análise de discurso como uma das ferramentas heurísticas que permitem o resgate dos aspectos sociais do debate sobre direitos sociais, considerando as diversidades discursivas próprias destes espaços.

As atuais perspectivas de estudo sobre direitos trazem, em sua essência, a questão da diversidade, visto que para se falar em direitos há que se pensar em como as comunidades econômicas, culturais, sociais e epistêmicas apreendem e influenciam os distintos aspectos envolvidos no tema. Ou seja, repõem a historicidade do desenvolvimento sustentável em sua construção e reconstrução cotidiana assumindo os valores sociais à

¹ Professoras da Universidade Católica de Pelotas.
helenara.voy@terra.com.br e vera.nogueira@pq.cnpq.br

ele inerentes e distanciando-se de abordagens estatísticas e puramente quantitativas. Assim, o discurso e as práticas relativas aos direitos evidenciam, atualmente, a superação de um olhar unicamente formal, adensando-o com outras perspectivas de enfoque permitindo a sua apreensão de forma global. Igualmente as abordagens sobre os direitos sociais, especialmente o direito à saúde, vêm sofrendo alterações em conseqüências dos processos sociais, políticos e econômicos das últimas décadas do século anterior, incluso com a revisão do papel do Estado como ordenador da ordem social, articulando os planos locais e globais (Sassen, 2007).

Tais alterações implicam em novas exigências para se produzir conhecimentos acerca destas temáticas. Para tanto convém recuperar criticamente e com rigor epistemológico instrumentos já consolidados no plano científico. O uso da análise de discurso, análise de conteúdo, como instrumento para coleta de dados em pesquisas qualitativas tem sido recorrente nas ciências sociais. Na área do Serviço Social, igualmente, tem sido a escolha privilegiada entre os pesquisadores no trato do material empírico sobre fenômenos sociais relacionados à pobreza e a desigualdade social. Esse texto, ao analisar comparativamente as diversas concepções e construções teóricas sobre o tema, pretende contribuir com os pesquisadores e para qualificação das pesquisas sobre direitos sociais. Busca, ademais, evidenciar como a análise de discurso torna mais patente as nem sempre evidentes e complexas relações entre produção do conhecimento e direitos marcando o lugar da ideologia nos discursos e nas práticas nestes processos.

O resgate inicial parte do próprio termo discurso, que vem sendo utilizado tanto no senso comum como categoria teórica e, no mais das vezes, com conotações e registros diferenciados, imprecisos e antagônicos. Em face de tal situação, torna-se importante marcar o conceito de discurso, sua construção enquanto categoria analítica e sua apreensão pela sociologia contemporânea e nesse trabalho. A concepção de discurso, em si, vem sofrendo alterações e sendo resignificada a partir de sua apropriação por diversas disciplinas científicas e, no interior das mesmas, metamorfoses que alteram seu conteúdo, significado e registro. Não se questiona, atualmente, a relevância da linguagem e dos discursos como liame entre a consciência e a comunicação para se interpretar os fatos sociais, carregados que são de intencionalidades e significados.

Fazer um discurso, na linguagem comum contém algumas referências que apontam um sentido específico ao conteúdo da afirmação. Supõe um tom de voz, uma circunstância especial e uma intenção também definida. Quem faz um discurso reúne uma série de condições que o habilitam para tanto, como cargo, competência, dignidade, além do mesmo situar-se em condições demarcadas, como atos especiais, marcos institucionais ou situações extraordinárias ou memoráveis. Na abordagem lingüística tradicional, o discurso seria a unidade de análise com a qual se recorta uma locução determinada mais ampla que a frase, sendo o discurso similar a um conjunto de frases ou a uma frase expandida. Tal

concepção foi revista a partir do reconhecimento que a linguagem não deriva de categorias lógicas, mas sim que suas regras são convencionais, não lógicas. O discurso passa a ser entendido como a capacidade de produzir um efeito, uma significação e o texto como uma de suas possíveis manifestações. Puerta (1996) ao resgatar a noção de discurso em Michel Foucault², indica que é um termo que se repõe, com matizes importantes e distintos, no conjunto de sua obra.

A pragmática do discurso

O discurso, para Foucault, na acepção de Puerta (1996) é uma organização do saber, um conjunto de regras que estabelece o que se pode dizer em um período e contextos determinados. Observa que as culturas não mostram, explicitamente, o conjunto de códigos fundamentais que regulam sua linguagem, os esquemas perceptivos e classificatórios, os valores e nem as produções teóricas ou filosóficas de uma época. Discute o que denomina função enunciativa, que seria o elemento mais simples do discurso. Constrói uma pragmática³ do discurso abrangendo as ordens de controle e contendo os procedimentos internos e externos (subjetividade e instituições), sempre interligados entre si, que fiscalizam e direcionam o discurso, considerado objeto de desejo e luta de poderes. Distingue os discursos que contêm os procedimentos de exclusão (a proibição, a recusa/separação e a falsidade); as ordens internas (o comentário, o autor e as disciplinas) e as regras que condicionam a utilização ou autorização dos indivíduos para usar os discursos (os discursos rituais, os doutrinários, as sociedades de discurso e a educação). O conjunto de elementos que compõem a pragmática do discurso possibilita a construção de formações discursivas, “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma alocação, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada” (Maingueneau, 1997, p. 22).

Marilena Chauí (1981) designa esse tipo de regulação como a que produz o que denomina de discurso competente, sendo o discurso instituído, ou em outras palavras, aquele que perdeu o seu potencial instituinte de uma nova ordem social. É o discurso que foi incorporado e que não mais ameaça valores e padrões culturais. “O discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (esses termos agora se equivalem) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem. (Chauí, 1981, p.7)”.

Na perspectiva da verdade e da ética discursiva, o discurso é estudado por Apel e Habermas, conforme sinaliza Puerta (1996), na linha da filosofia da linguagem. Para os dois autores, o que funda e valida o discurso é a argumentação racional, situando-se, nesse sentido, como

² Michel Foucault trata do discurso, notadamente em três livros: *A palavra e as coisas*, *Arqueologia do Saber* e *a Ordem do discurso*, segundo aponta Puerta (1996).

³ Pragmática como um conjunto de regras e normas que fundam um discurso, sendo na semiologia um ramo de estudo que estuda a relação entre o signo e o seu usuário.

herdeiros conceituais da retórica clássica. Nestes termos a argumentação seria identificada com a razão, ou seja, seria a própria comunidade de fala a autorizada a conferir validade, coerência e correção ao discurso. O meio discursivo substituí, portanto a razão, tendo o eixo argumentativo prevalência sobre a mesma. Consideram Apel e Habermas⁴ (apud Puerta, 1996) que o sujeito ético moderno tem atributos como a responsabilidade, a verdade, a sinceridade e uma condição de igualdade formal que lhe confere o direito de intervir na discussão e corrigir sua própria postura caso convencido. Para Habermas (apud Puerta, 1996) a aglutinação dos interesses supõe a comunicação e o diálogo constitui a forma ideal de comunicação, alertando para a impossibilidade do mesmo se não houver o reconhecimento mútuo da igualdade de seres livres e responsáveis.

As duas disciplinas contemporâneas que resgatam e teorizam a noção de discurso com maior ênfase, são lingüística e a semiótica, cujos sistemas de conhecimento e estruturação contêm algumas semelhanças. Ambas reconhecem que existem condições gerais de significação, cujo princípio é a diferença, ou seja, só há sentido ou significação quando existe a diferença. Entendem que a linguagem, enquanto um sistema de regras (que na lingüística se chama linguagem e na semiótica se denomina código) para associação dos significantes e significados, se impõe como uma instituição à todos que dela se utilizam ou seja, se trata do exercício de um poder. Ao ser a linguagem considerada como meio de comunicação é um fato social, uma construção histórica, correspondendo a um contexto e a conjunturas dinâmicas. A diferença entre a lingüística e a semiótica se delinea ao se questionar o processo de comunicação, que pode ser considerado um ato semântico e um ato lingüístico.

Para se apreender a relevância dessa afirmativa é preciso considerar a linguagem unicamente como um instrumento que torna possível a constituição de sistemas na esfera da consciência e da comunicação. Portanto não é, em si, um sistema, mas tem a função de promover a generalização simbólica do sentido. Ou seja, não atribuí o sentido, mas desdobra-se como uma técnica sobre a qual vale o sentido. A atribuição de sentido, portanto, requer a comunicação, “definida como o processo social de atribuição de sentido” (Nafarrate, 2000, p. 149). Evidente que considerar a comunicação nessa linha induz a uma supervalorização da mesma, desconsiderando a razão como o *locus* da formação dos juízos e representações.

Inicialmente a comunicação era entendida como um sistema que supunha a relação entre um emissor e um receptor, ou seja, de emissão e recepção de signos. Posteriormente, verificou-se que possui uma dimensão bem mais complexa, situando-se como um processo e envolvendo o que se convencionou chamar de fazer comunicacional ou circuito de comunicação. Relacionando, no mesmo movimento, um

⁴ A racionalidade moderna para Habermas não é unicamente instrumental mas também ética, submetendo a discussão não unicamente os meios mas como os próprios fins da ação social. Para ele, racionalidade moderna veio substituir, através de uma situação discursiva, as justificações místicas ou religiosas.

sujeito enunciador, um sujeito destinatário, um sujeito comunicante e um sujeito interpretante a comunicação seria, portanto um processo de significação e produção de signos, exigindo uma interpretação que implicaria em uma competência entre os interlocutores. Conteria as manifestações da linguagem e também as performances, consideradas todas as formas de expressões culturais. A linguagem perde sua centralidade e se ampliam os estudos sobre a genealogia da comunicação e do discurso.

Umberto Eco (1979) distingue, na comunicação, não os tipos e signos, mas sim as várias modalidades de produção de signos, de acordo com o trabalho que se realiza, considerando como discurso todo e qualquer processo semiótico, lingüístico ou não. Tal compreensão de comunicação abre a perspectiva de se considerar discurso tudo o que se pode significar ou comunicar algo, ou seja, praticamente qualquer fato social, técnico ou cultural - a performance. Considera de forma antagônica à Foucault que os discursos devem ser vistos como acontecimentos e interpretados não unicamente em sua estrutura imanente, mas com as exterioridades que constroem a capacidade do olhar externo. A preocupação de Eco, já na década de 1960, se voltava para a pragmática do texto, ou seja, a atividade cooperativa que leva o destinatário a tirar do texto aquilo que o texto não diz, a preencher espaços vazios, a conectar o que existe naquele texto com a trama da intertextualidade da qual aquele texto se origina e para a qual acabará confluindo (Eco, 1979). Entendendo o papel da linguagem e do discurso na pesquisa, torna-se importante identificar a ferramenta mais adequada para o trato do material empírico sobre a relação entre direitos sociais e desigualdades. Nesse sentido, é também relevante uma retomada das metodologias mais utilizadas pelas ciências sociais.

Análise de discurso e análise de conteúdo

Atualmente o pensamento social tem uma conexão bastante evidente com o que se convencionou chamar, genericamente, de análise de discurso, sendo de uso comum entre diversas disciplinas, nem sempre com a mesma perspectiva ou enquadre. A análise do discurso vem sendo sustentada ora como uma disciplina interdisciplinária, ora como uma perspectiva teórico-metodológica ou, ainda, como uma técnica para análise de discursos.

Inicialmente convém distinguir, no plano heurístico, a análise de conteúdo da análise do discurso. Enquanto a primeira é uma ferramenta de análise documental, a segunda se situa, segundo seus propositores, como uma perspectiva teórico-metodológica de investigação/pesquisa social. A análise de conteúdo, originariamente chamada de *Semântica quantitativa*, enquanto técnica de análise da comunicação visa obter, “por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a

inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (Bardin, 1979, p.42).

Para Greimas, citado por Rifiotis (2000), a análise de conteúdo pode ser considerada como “a pré-história da análise do discurso”, tendo como objetivo a inferência de conhecimento sobre as codificações de produção. Pressupõe, portanto, o conteúdo como uma entidade autônoma e a comunicação como uma troca entre dois sujeitos, também autonomizada em relação a outros processos e aspectos comunicacionais. Trabalha indispensavelmente com os procedimentos de classificação, codificação e categorização dos conceitos e incorpora uma hermenêutica fundada na dedução, a inferência. O documento é visto como o que registra, reflete ou reproduz uma realidade externa, portanto, a linguagem é retomada unicamente em sua função referencial.

Indica Bardin (1979), que a preocupação da análise de conteúdo não é tão somente, uma correspondência entre as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados ou com o significado da mensagem, sugerindo que seu uso abrange tanto os significados (análise temática) como os significantes (análise do léxico). A partir das décadas de 1950 e 1960, segundo Minayo (1993), ressurgiu o debate tanto sobre a validade, seguindo o rigor científico da época, da análise quantitativa para abordagem de fatos sociais, como os questionamentos próprios a uma episteme da comunicação. Acirra-se a polêmica entre o modelo instrumental e o modelo *representacional* da abordagem discursiva. A primeira defende não a relevância do conteúdo manifesto do documento, mas o que a mensagem traduz, resguardando-se a importância do contexto e as circunstâncias da enunciação. A segunda busca preservar o valor da palavra independente de sua imanência social e do processo histórico. Nos dois modelos a linguagem no documento é considerada exclusivamente em sua função referencial.

No plano metodológico aguçou-se a discussão sobre a validade científica da abordagem quantitativa e a qualitativa de documentos, seguindo um eixo argumentativo que continuava se traduzindo nas questões de objetividade, cientificidade, sistematização e interpretação, mas com um outro vetor crítico. As reticências e resistências às possibilidades da análise de conteúdo apareceram, assim, a partir da década de 1960, derivadas do desenvolvimento da lingüística⁵ e da semiótica e principalmente das sociologias interpretativas. Nesse cenário, os questionamentos de Umberto Eco sobre as possibilidades interpretativas do texto vêm intensificar a polêmica colocada.

⁵ A lingüística, a partir de Saussure, trabalha com a distinção estabelecida, por ele, entre língua e fala, sendo a primeira um sistema de signos independente da fala, que seria a utilização da língua pelos habitantes de um lugar ou região. Propõe Saussure uma disciplina que denomina semiologia, que teria como objeto de estudo os signos” (Riu y Morató, 1996).

A primeira crítica é que, um documento, se lido apenas a partir dos signos⁶ colocados ou da leitura textual, parte de uma concepção reducionista de linguagem, ou seja, de conceitos associados arbitrariamente e sistematicamente aos significantes, nos limites de uma língua. Assim, queda irresoluta a questão da objetividade, ou seja, em um texto o que aparece são palavras, imagens, dados que somente tem significado a partir da interpretação do pesquisador. Uma segunda crítica à análise de conteúdo é a que se refere ao seu aspecto eminentemente quantitativo, visto que registra o que aparece na superfície do texto, não adentrando para o não dito, para o implícito, para o subtendido. Conforme indica Puerta (1996), a preocupação excessiva com a objetividade pode ser tornar um defeito da técnica visto que não consegue apreender o indizível, em recuperar os sentidos que não são dados através de estruturas e modelos estatísticos. A interpretação do texto em si continua sendo problemática e um atributo do pesquisador. Enquanto se anunciando como uma técnica que pretende unicamente descrever os documentos, a análise de conteúdo se exime da questão da interpretação. Mas a escolha do *corpus*⁷, dos indicadores, das categorias já indicaria por si, uma primeira interpretação e um direcionamento sobre o discurso analisado.

A análise de discurso decorre da nova percepção da função da linguagem, que não se limita a ser um suporte do pensamento ou um instrumento de comunicação, mas apreendida como interação e uma construção social, ampliando-se, portanto, o enfoque da lingüística. O movimento estruturalista também influenciou na conformação da análise de discurso, entretanto de forma distinta de sua contribuição para a análise de conteúdo. Em alguns autores se reconhece a pretensão em autonomizar a análise de discurso da lingüística das outras disciplinas de corte social, entendendo-a como uma disciplina independente, ocupando uma parte do que era tratado pela antiga filologia, mas com supostos teóricos e metodológicos diferenciados. Pretende, segundo seus precursores, contribuir para as hermenêuticas contemporâneas, que ao analisar os discursos apontam que estes contêm um sentido oculto que deve ser captado e o qual sem uma técnica adequada permanece obscuro e inatingível. De acordo com Pêcheux (apud Maingueneau, 1997, 11), a análise de discurso não pretende ser uma nova disciplina de interpretação, mas sim, "...pretende construir procedimentos que exponham ao olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito[...]"

⁶ Signo em lingüística se apreende como uma manifestação constituída pela combinação de um conceito, denominado significado, e uma imagem acústica, denominada significante. No uso corrente, contudo, o termo signo designa freqüentemente a palavra. Em Semiologia, signo é todo objeto, forma ou fenômeno que representa algo distinto de si mesmo. O sentido de signo em Semiótica foi esclarecido na nota anterior.

⁷ Pode ser tecnicamente entendido como um conjunto de manifestações discursivas definidas aprioristicamente a partir de algum critério descritivo (Rifiotis, 2000). Os critérios ou parâmetros devem obedecer ao princípio de homogeneidade. Deve ser representativo, sendo uma construção com fins operacionais.

A assertiva da Pêcheux (1990) deve ser analisada à luz de sua crítica ao que denomina técnica de gestão social dos indivíduos (marcá-los, catalogá-los, classificá-los, identificá-los, ordená-los em colunas, em tabelas), com a finalidade de um controle sobre sua vida, ao modo das ciências naturais. Crítica, de forma veemente, os especialistas, os detentores de saber que prescrevem ou buscam uma ordem para o universo social. O substrato de sua censura as grandes matrizes explicativas do ser social reside em que as mesmas dão por finita a possibilidade do conhecimento e condicionam o real a um único princípio interpretativo. Argumenta Pêcheux⁸ (1990) que o equívoco das grandes *epistemes* se localizava no fato das mesmas considerarem que as coisas-a-saber, que concernem ao real sócio-histórico, se estruturam de forma sistêmica, passíveis de serem catalogadas à maneira dos procedimentos científicos das ciências físicas e das matemáticas. Recusando a ontologia marxista, entretanto deixa explícito que a região do materialismo histórico fundamental para a teoria do discurso é a referente ao da superestrutura ideológica, determinada pelo modo de produção dominante na formação social em questão⁹. Tal coloca em cena a questão das classes sociais, sendo que a hegemonia cultural, social, econômica e moral é a dos segmentos dominantes da sociedade.

O posicionamento radical de Pêcheux foi e vem sendo revisto, sendo que, atualmente, os teóricos que intentam atribuir à análise de discurso o estatuto de uma disciplina, definem seu espaço, distinguindo-as de outras ciências humanas, mas mantendo-a no interior da lingüística. Consideram outras dimensões que devem ser relacionadas aos textos produzidos, como as apontadas por Maingueneau (1997): a situação de um enunciado institucional, que é restrito; ocorrer em um espaço em que se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc. e o espaço próprio que cada discurso encontra no interior de um interdiscurso. Essa particularidade é importante para estabelecer o *corpus* a ser analisado, uma vez que os sujeitos enunciadore, enquanto sujeitos, se enquadram nas dimensões apontadas.

Articulando o materialismo histórico (formação social e ideologia), a lingüística e a teoria do discurso, a análise de discurso possibilita construir interpretações, problematizando as evidências das intencionalidades dos discursos e denunciando o encobrimento de formas de dominação política que se manifestam numa razão disciplinar e instrumental (Orlandi, 1987, 1999). A autora parte do suposto que as dominações políticas somente podem ser recuperadas e resgatadas analiticamente a partir da compreensão do seu sentido ideológico, razão

⁸ As posições de Pêcheux são bastante questionáveis e sugerem uma leitura mecânica, reducionista ou parcial da dialética marxiana. Não apreende o movimento da construção de *O Capital*, que é onde se evidencia o método dialético histórico, tecendo uma crítica unicamente as categorias nele indicadas.

⁹ Observa-se nessa indicação de Pêcheux a influencia de Louis Althusser no trato da ideologia ao considerá-la mais uma representação de sua relação com a realidade concreta, supondo um distanciamento da mesma.

que corroborou a escolha de aspectos desta perspectiva para proceder ao trato textual dos documentos analisados.

A ideologia e seus artifícios

Um aspecto crucial no momento da escolha metodológica é a questão da ideologia. A operação ideológica, retomando Chauí (1981), se utiliza de artimanhas discursivas para atingir seu objetivo. Desde que os sujeitos sociais e políticos deixam de contar com um arsenal explicativo de saber e poder exteriores à sua prática (religião, mitos, tabus) capaz de legitimar a existência de formas instituídas de dominação, estes constroem representações que irão explicar sua visão de realidade, de poder, enfim, de mundo. É a passagem do discurso que, partindo do discurso social e do discurso político, se transforma em discurso sobre o social e sobre o político, assume um caráter impessoal e descolado da existência real. Segundo Chauí, esse é o primeiro momento na elaboração ideológica. A função específica do discurso ideológico é fazer aparecer e desaparecer as contradições e antagonismos que permeiam uma sociedade de classes. Assim, através do discurso se difundem idéias, se constroem consensos e dissensos. Destarte, os discursos somente podem ser estudados a partir de seu lugar de formação - a sociedade - uma vez que são constituídos por processos históricos e sociais, não podendo ser deslocados de suas condições de produção.

Analisar o discurso, segundo Foucault (apud Brandão, s/d, p.40) é “fazer desaparecer e reaparecer as contradições, é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência. [...] Formação Discursiva é um espaço de dissensões múltiplas”, com a marca da unidade e da diversidade, entre o coerente e o heterogêneo, da contradição presente nas formações sociais. Tal significa reconhecer que o sentido do discurso não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas em confronto em um também determinado processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Este é o lugar da interpretação.

A análise do discurso aponta para outras dimensões além dos estudos da lingüística: - “o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação; os embates históricos, sociais, etc. que se cristalizam nos discursos; o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso¹⁰” (Maingueneau, 1997, p. 13). A autora, apoiando-se em Foucault, fala em prática discursiva, a qual alia o contexto da formação discursiva com os grupos - comunidades que elaboram o discurso. Destaca, assim, que não são os sujeitos individuais que formulam as práticas discursivas, mas sim os atores com competência institucional para tal, estando sujeitos, entretanto, ao que é condicionado pela formação discursiva.

¹⁰ Interdiscurso – relação de um discurso com outros discursos.

Muitas vezes o pesquisador, mesmo reconhecendo as condições de produção discursivas, aspecto que também deve ser resgatado para a constituição do *corpus*, identifica uma precariedade em aspectos da análise de discurso como dispositivo para análise textual, que embora incorporando o aspecto ideológico, mantém em aberto a interação semântica entre os sujeitos. Nesse sentido, o rigor conceitual de Chauí sobre o discurso ideológico, novamente, é fundamental: “discurso ideológico é aquele que pretende fazer coincidir as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, com a imagem da classe dominante (1981, p. 3).

Sendo assim, o que oferece segurança para construção das categorias empíricas é o resgate de quais os pontos onde ocorre uma densidade de sentido permitindo sua apreensão e atualização pelos sujeitos destinatários. Nesse ponto, é interessante estabelecer uma articulação entre o pensamento sobre o discurso ideológico, de Chauí e o lugar da interpretação textual em Umberto Eco. Para a primeira, o discurso ideológico é um discurso feito de espaços em branco, um discurso lacunar.

Se para Chauí, o discurso ideológico é aparentemente e intencionalmente linear sendo sua sustentação decorrente da ambigüidade que lhe é própria, para Eco todo texto pode ter significados distintos, a depender da leitura que dele se faz (1993, p.35). “Poder-se-ia dizer que um texto, depois de separado de seu autor (assim como da intenção do autor) e das circunstâncias concretas de sua criação (e, conseqüentemente, de seu referente intencionado), flutua (por assim dizer) no vácuo de um leque interminável de interpretações possíveis”.

Para a autora, destruir um discurso ideológico exige uma atitude teórica realmente dialética, encontrando uma via pela qual a sua própria contradição seja explicitada. Ou seja, “um discurso que seja capaz de tomar o discurso ideológico e não contrapor à ele um que seria verdadeiro por ser completo ou pleno, mas que tomasse o discurso ideológico e o fizesse desdobrar todas as suas contradições, é uma discurso que se elabora no interior do próprio discurso ideológico como o seu contra discurso” (Chauí, 1981, p. 22).

De acordo com Eco (1993), a análise do texto, para ser apreendida exige o conhecimento dos mecanismos de sua produção, unindo em um mesmo movimento o autor e o leitor modelos. A partir de suas reflexões sobre a questão da interpretação, tanto de textos como de outros artefatos culturais, Eco chega à conclusão que o texto funciona como uma “máquina preguiçosa” que o destinatário deve colocar em movimento, significando tal, que deve ser atualizado a partir de referências acionadas para sua interpretação. Indica, de forma inequívoca, que o texto é permeado por espaços em branco, deixados propositadamente por quem o escreveu por dois motivos: primeiro,

porque o texto tem uma economia que vive da valorização de sentido que o autor introduziu e, segundo, para dar certa margem de liberdade interpretativa ao destinatário. Em síntese, os conteúdos, os significados de um texto, somente podem ser interpretados a partir da apreensão da dinamicidade do texto, articulada tanto pelo emissor como pelo leitor. No texto está o “não-dito”, o que não está manifestado no nível da expressão ou está de forma sub-reptícia, e aí reside a necessidade de envolvimento cooperativo e consciente do leitor para construir o significado, o que é feito pelos mecanismos de atualização do texto.

Tal supõe, por outro lado, que o autor ou emissor, institua ao leitor, uma competência para a interpretação a partir de valores, regras, contexto social e cultural, enfim, alguns parâmetros reconhecidos pelos dois. O emissor se utiliza de algumas estratégias para instituir a competência do leitor, como apresenta Umberto Eco em *Lector in fabula* (1981).

O texto deve ser visto como um conjunto de nós ou juntas, cada uma delas significando um nível de exigência interpretativa, conteúdo intencional e hipóteses de significados que estimulam a cooperação do leitor. Avisa que não se trata de níveis estruturais, - “variadamente concebidos como estádios ideais de um processo de geração ou interpretação” (Eco, 1981, p. 51). Pelo contrário, podem ser vistos como *pistas* que o autor insinua ao leitor para favorecer a interpretação. Assim, é exigida a competência do leitor para atualizar o texto, ou seja, fazer a sua interpretação da superfície discursiva. Menciona que o processo de atualização textual é dinâmico, articulado entre si e prevendo estruturas discursivas, narrativas, actanciais e ideológicas articuladas com extensões parentizadas, previsões e percursos inferenciais e estruturas de mundo.

Considerações finais

Concluindo o caminho da construção de um dos dispositivos utilizados para abordagem do material empírico na tarefa da produção do conhecimento, ressalta-se a contribuição das diversas perspectivas interpretativas, indicando e esclarecendo as possíveis “infidelidades”.

Essa revisão sumária das diversas concepções de discurso/linguagem permitiu apontar as consequências de cada uma delas para o trabalho de interpretação. Foucault trata os discursos como as práticas que constroem a realidade social, o campo referencial, a subjetividade, as estratégias discursiva. Para Apel e Habermas (apud Puerta, 1996), o discurso supõe regras pragmáticas antecedidas por premissas para falar sobre uma realidade dada, sem, no entanto ter um papel ou uma função de transformação sobre essa mesma realidade. Quem fala são sujeitos éticos que possuem as características ideais da modernidade.

A indicação precisa da recusa em aceitar a descrição do texto como sua interpretação, fundada em hermenêuticas mais tradicionais, ou mesmo em algumas tendências de corte fenomenológicas, é um alerta

seguro que permite evitar tal armadilha. A representação não é a interpretação, como facilmente se verifica em produções que têm utilizado a análise de discurso como instrumento heurístico. No campo dos direitos sociais é uma relevante ferramenta heurística para descobrir o encoberto, o subterfúgio e as nuances enganosas contidas nos discursos.

Abstract: Underlying the debate about knowledge production in the social sciences is the very matter of its object of study. It is distinct from that of the physical and natural sciences and requires a different logic for the empirical apprehensions and analyses of phenomena. The purpose of this paper is to show how discourse analysis may be a heuristic tool for rescuing the social aspects of the social rights debate. This is particularly true in the case of frontier zones, given the variety of discourses characteristic of such areas. Current perspectives on human rights carry the issue of diversity in their essence – to discuss sustainability one must think how economic, cultural, social and epistemic communities apprehend and influence the many aspects of the theme. These alterations imply new devices for knowledge production. The use of discourse and content analysis in data collection for qualitative research may markedly improve the production of knowledge. The paper also seeks to show how discourse analysis may highlight the relations between knowledge production and human rights, and determine the place of ideology both in discourse and practice.

Key-words: Social rights; frontier zones; qualitative research; discourse analysis.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. 226 p.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, s/d.
- CHAUÍ, Marilena. *O discurso competente e outras falas*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1981. 220 p.
- ECO, Umberto. *Lector in fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1979. 219 p.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP e Pontes Editora, 1997. 198 p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza, *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1993. 269 p.
- NAFARRATE, Javier Torres. Galáxias de comunicação: o legado teórico de Luhmann. *Lua Nova*, n. 51, São Paulo: CEDEC, 2000. 174 p.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999
- _____. *A linguagem e seu funcionamento*. As formas do discurso. Campinas: Ed. Fontes, 1987.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990. 68 p.

PUERTA, Jesus. *La sociedad como discurso*. Valencia: Universidad de Carabobo, 1996. 78 p.

RIFIOTIS, Theophilos. *Análise de Discurso: Introdução aos métodos e técnicas*. Disciplina do Programa de Pós Graduação em Antropologia, 06 set –12 dez 2000. 58 f. Notas de aula. Mimeografado.

RIU, A.M. e MORATÓ, J.C. *Dicionário de Filosofia*. Mdrid: Herder, 1996. CD- ROM

SASSEN, S. *Una sociología de la globalización*. Buenos Aires: Katz, 2007. 323 p.

**Aos colaboradores os agradecimentos da Comissão Editorial da
Revista Sociedade em Debate**

Abílio da Costa-Rosa	Lucia Cortes da Costa
Adriana Capuano de Oliveira	Luiza Helena Pereira
Adriana Giaqueto	Marcelo Kunrath Silva
Aldaiza Sposati	Marcelo Lucero
Alzira Lewgoy	Margarita Rozas Pagaza
Amélia Cohn	Maria Angela Silveira Paulilo
Amilton José Moretto	Maria Cristina Cacciamali
Ana Maria Baima Cartaxo	Maria das Dores Saraiva Loreto
Ana Maria de Vasconcelos	Maria Del Carmen Cortizo
Andrea Costa	Maria do Socorro de Souza Vieira
Andrea Heidrich	Maria Elvira
Beatriz F. Castrillo	Maria Helena Lima
Berenice Rojas Couto	Maria Ignez Paulilo
Carmen Terra	Maria Luiza Milani
Cássia Baldini Soares	Maria Salete Bessa Jorge
Cássia da Silva Calvete	Maria Teresa de Campos Velho
Cássia Maria Carloto	Maria Valéria Costa Correia
Celmira Bentura	Maria Virginia R. Camilo
Cirlene Oliveira	Marluce Miguel de Siqueira
Claudia M. França Mazzei Nogueira	Marly Palma
Cristina González	Maurílio Castro de Matos
Cristina Kologeski Fraga	Miriam Thais Guterrez Dias
Denise C. Moura Juncá	Mônica de Martino
Eda Schwartz	Myriam Raquel Mitjavila
Edna Cristina do Prado	Nívea Valença Barros
Elaine Rossetti Behring	Nora Aquin
Elizabeth Ortega'	Nora Britos
Elizabeth Regina Negri Barbosa	Nora jacquier
Ernelo Schallenberger	Odair da Cruz Paiva
Fátima Valéria Ferreira de Souza	Oliva Lopez Arellano"
Gabriela Rotond	Roser Pérez Giménez
Helder B.Sarmento	Raquel Raichelis
Hillevi Maribel Haymussi	Rodrigo Ribeiro Paziani
Inaia Maria Moreira de Carvalho	Rosa Maria Cortes de Lima
Izabel Cristina Lira	Roseli Esquerdo Lopes
Jaldes Reis de Meneses	Rosimary Gonçalves de Souza
Joana Angélica Barbosa Garcia	Sandra Iturrieta
João Bosco Hora Góis	Samira Kauchakje
João Clemente de Souza Neto	Samya Rodrigues Ramos
João Ignacio Pires Lucas	Silene Freire
Jordeana Davi Pereira	Silvana Sidney Costa Santos
José dos Santos Souza	Simone de Jesus Guimarães
Jovino Pizzi	Susana Cazaniga
Jussara Maria Rosa Mendes	Susana Malacalza
Karl Monsma	Teresinha Maria Gonçalves
Lenaura de Vasconcelos Costa	Vanda Maria Ribeiro Costa
Lobato	Vania Maria Manfro
Liduina Farias de Almeida	